

CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA: DESAFIOS E CONQUISTAS

HISTORICAL CONTEXT OF PUBLIC POLICIES IN YOUTH AND ADULT EDUCATION - EJA: CHALLENGES AND ACHIEVEMENTS

Recebido em: 28/02/2024

Reenviado em: 17/04/2024

Aceito em: 30/05/2024

Publicado em: 18/06/2024

Daniel do Nascimento Oliveira¹ 
World University Ecumenical

Juliana do Carmo da Silva Oliveira² 
Faculdade Venda Nova do Imigrante

Carlos Chagas Vilela Lima³ 
World University Ecumenical

Resumo: Este trabalho apresenta o contexto das Políticas Públicas e a conexão com a Educação dos Jovens e Adultos-EJA de 1930 a 2003, com intuito de promover uma reflexão sobre os impactos e desafios enfrentados por essa modalidade. O objetivo geral é apresentar a conexão das Políticas Públicas com EJA entre a década de 1930 e os anos 2000. E os objetivos específicos: aprofundar sobre característica da EJA, refletir sobre a importância da criação das Leis, programas e movimentos sociais da EJA. Nosso referencial teórico está balizado nos documentos Oficiais da Educação e em diversos autores em especial Di Pierro (2000, 2005, 2008 e 2021), Haddad (2000 e 2021) e Ventura (2011 e 2018) Teixeira (2002) os quais são autores de grande relevância para o estudo. Realizamos uma pesquisa bibliográfica seguindo as orientações Lakatos e Marconi (2003). buscando responder a alguns questionamentos: O que é EJA? Qual seu público-alvo? Qual a conexão das Políticas Públicas em seu percurso histórico? Finalizamos com reflexões acerca das políticas públicas implementadas na EJA em nosso país (Brasil) nesse período e quais impactos significativos podem ser percebidos no combate ao analfabetismo e na desigualdade social.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Desigualdade Social; Direitos Sociais; EJA; Educação.

Abstract: This work presents the context of Public Policies and the connection with Youth and Adult Education-EJA from 1930 to 2003, with the aim of promoting reflection on the impacts and challenges faced by this modality. The general objective is to present the connection between Public Policies and EJA between the 1930s and the 2000s. And the specific objectives: to delve deeper into the characteristics of EJA, reflect on the importance of creating EJA Laws, programs and social movements. Our theoretical framework is based on Official Education documents and several authors, especially Di Pierro (2000, 2005, 2008 and 2021), Haddad (2000 and 2021) and Ventura (2011 and 2018) Teixeira (2002) who are authors of great relevance for study. We carried out a bibliographical research following the guidelines Lakatos and Marconi (2003). seeking to answer some questions: What is EJA? What is your target audience? What is the connection between Public Policies in its historical path? We conclude with reflections on the public policies implemented in EJA in our country (Brazil) between this period and had significant impacts on combating illiteracy and social inequality.

Keyword: Public policy; Inequality |Social; Social rights; EJA; Education.

¹ Aluno do Programa de Pós-graduação Doutorado em Ciências da Educação da Universidade World University Ecumenical - WEU. E-mail: daniel.oliveira.100@ufrn.edu.br

² Aluna do Programa de Pós-graduação Mestrado em Ciências da Educação da Universidade World University Ecumenical - WEU. E-mail: juliana.oliver02@gmail.com

³ Aluno do Programa de Pós-graduação Doutorado em Ciências da Educação da Universidade World University Ecumenical - WEU. E-mail: carllinhos1500@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar quais são as políticas públicas direcionadas para a Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista ser um tema de suma importância na construção do nosso cenário educacional atual, pois situa as concepções e os processos que esse modelo de ensino tem vivenciando em nosso país no decorrer de quase um século de existência, frente à elaboração de políticas públicas que sinalizam à importância dessa modalidade de ensino, bem como os reflexos que esta apresenta a seus atores sociais e a realidade por eles vivenciada. Compreender as políticas públicas como diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público é de fundamental importância para projetarmos sua implementação como procedimento fulcral nas relações entre poder público e sociedade.

Para compreendermos o significado e a importância da Educação de Jovens e Adultos - EJA é necessário responder a algumas indagações que vão nos nortear neste caminho: O que é Educação de Jovens e Adultos? Qual seu público-alvo? Qual sua conexão com as Políticas Públicas em seu percurso histórico? Estas questões são promissoras na medida em que nos permitem perceber os caminhos e descaminhos trilhados por essa modalidade de ensino e como sua intercessão com as ações políticas leva-nos a inferir sobre seu significado e a que público ela está destinada.

Nesse sentido, nosso trabalho tem como objetivo geral apresentar a conexão das Políticas Públicas com Educação de Jovens e Adultos-EJA entre a década de 1930 e o início do século XXI. E os objetivos específicos consistem em aprofundar sobre as características da EJA, refletir sobre a importância da criação das Leis, programas e movimentos sociais da EJA em seu percurso histórico de 1930 a 2003 e investigar quais foram as leis, programas e projetos que alcançaram suas metas relacionadas à EJA.

A justificativa e a importância desse estudo caracterizam-se pela necessidade de elencar quais foram os impactos positivos e desafios enfrentados pela EJA ao longo dos anos, em nível social, econômico, político, cultural, histórico e educacional, buscando proporcionar ao leitor uma reflexão acerca do tema, pois desde a elaboração da Constituição Federal de 1988, a EJA é considerada como uma modalidade de ensino que se constitui como direito público subjetivo, cujas funções estão voltadas a torná-la reparadora, equalizadora e qualificadora.

Assim, para fins de entendimento, o presente artigo está dividido nos seguintes tópicos: o primeiro trata da Introdução, através da qual apresentamos e situamos o leitor quanto à temática, à importância do tema e aos objetivos que norteiam este estudo. Em seguida,

apresentamos os Procedimento Metodológicos, no terceiro discutimos a EJA e sua conexão com as Políticas Públicas, no quarto descrevemos a EJA na década de 1930, no quinto apresentamos a modalidade de ensino durante o período situado pós-golpe militar de 1964, no sexto apresentaremos o contexto da Nova República, no sétimo e oitavo a criação dos programas de alfabetização solidária e Brasil alfabetizado de 2003, e por fim concluímos com as nossas considerações finais e referências.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em concordância com os objetivos traçados, direcionamos este estudo para uma pesquisa bibliográfica seguindo as orientações Lakatos e Marconi (2003) os quais destacam que:

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações (LAKATOS. 2003. p.158).

Conforme as autoras, esse tipo de trabalho tem uma grande relevância para as pesquisas realizadas sobre determinado assunto, a exemplo da Educação de Jovens e Adultos e sua conexão com a elaboração de Políticas Públicas ao longo do seu percurso histórico. Reunimos diversos autores e obras que abordam sobre esse tema conforme orientação de Lakatos e Marconi (2003, p. 183)

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas

Durante a construção deste trabalho, buscamos selecionar diversos artigos e obras publicadas por vários pesquisadores nacionais como Di Pierro (2000; 2005;2008; 2021), Haddad (2000; 2021) e Ventura (2011; 2018), sempre considerando que eles são autores mais relevantes no que tange à publicação sobre o tema Educação de jovens e Adultos e sua relação

com as políticas públicas, segundo os estudos realizados pelos autores Musial e Araújo (2022) intitulado “Políticas Públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos: um balanço de artigos publicados no Portal de Periódicos CAPES”. Os mesmos destacam que “[...] principalmente pela identificação mais aderente ao campo da EJA, Maria Clara Di Pierro e Sérgio Haddad, bastante citados pelos outros autores/pesquisadores dos artigos analisados” têm o maior número de publicações em periódicos da CAPES.

Desta forma, em nossa pesquisa o nosso referencial teórico está norteado nesses autores citados acima em especial Di Pierro (2000; 2005; 2008; 2021), Haddad (2000; 2021) e Ventura (2011; 2018), pois buscamos apresentar os caminhos e descaminhos da implementação das Políticas Públicas na EJA ao longo de período de 1930 a 2003 apresentando reflexos, aprofundamento e a conexão do pensamento de diversos autores que abordam sobre esse tema.

EJA E SUA CONEXÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS

Para compreendermos o que é Educação de Jovens e Adultos - EJA é necessário responder a algumas indagações que vão nos nortear nesse caminho: O que é Educação de Jovens e Adultos EJA? Qual seu público-alvo? Qual a conexão das Políticas Públicas na EJA? Essas são algumas indagações que surgem a respeito do EJA e para falar dos caminhos e seus descaminhos, precisamos entender o que essa modalidade de ensino “É” e para quem ela está destinada!

Segundo a Lei Federal nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seus artigos 37º e 38º, nos esclarece o que é Educação de Jovens e Adultos e para quem está destinada essa modalidade de ensino.

Art. 37º- A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
§1º os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.
§2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Vale ressaltar que o inciso §1 do artigo de nº 37º, da Lei de nº 9394/96, garante que os sistemas de ensino devem assegurar gratuitamente aos jovens e adultos oportunidades educacionais apropriadas de acordo com as suas especificidades considerando as suas características, seus interesses e trabalho. Haja vista que muitos pretendem ter uma formação e

ingressar no mercado de trabalho, além de ser uma forma de busca pelo conhecimento. Já Art. 38º da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que diz:

Art. 38º - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudo em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere esse artigo realizar-se-ão:

1. No nível de conclusão de ensino fundamental, para os maiores de 15 anos.
2. No nível de conclusão do ensino médio para os maiores de 18 anos.

§2º os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão oferecidos e reconhecidos mediante exames

Nesse sentido, a LDB de (1996) para a Educação de Jovens e Adultos, ressalta o resgate do direito à educação às pessoas que não tiveram acesso à escola na idade adequada, ou aqueles que frequentaram a escola, mas que em algum momento precisaram interromper seus estudos por diversas razões, prejudicando sua formação, tendo em vista que a educação atualmente é uma ferramenta imprescindível para o exercício pleno da cidadania, em virtude das grandes desigualdades sociais que ainda afetam os nossos adolescentes, jovens e adultos.

Portanto, sabendo que há jovens e adultos que não tiveram seus direitos garantidos de acesso/permanência à educação no tempo hábil, haja visto que quando estamos nos referido ao "acesso" estamos abordando sobre à entrada no âmbito educacional e "permanência" envolve aspectos mais complexos de continuidade nessa modalidade, no qual eles têm direito a participar dessa modalidade de ensino que é a EJA com vistas a diminuir os efeitos da desigualdade social, pois como é de conhecimento de todos, a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 205 e 206 destaca que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, n.p.).

Desta maneira, a educação é um direito de todos e cabe ao Estado e à família o dever de promovê-los. A educação é de extrema importância na formação do sujeito, pois ela tem o papel de desenvolver competências e habilidades para o pleno exercício da cidadania. no Art. 206 de nossa Carta Magna, encontramos que o ensino será ministrado com base em nove princípios. Aqui destacaremos o nono que nos diz “IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem

ao longo da vida.” De acordo com esse artigo, a educação ao longo da vida é um princípio que visa a garantir a educação a todos.

Diante do exposto, faz-se necessário ressaltar que para que esses direitos sejam garantidos o Estado precisa promover Políticas Públicas que abranjam esse público. Mas o que são políticas públicas? Segundo o professor Elenaldo Celso Teixeira da Universidade Federal da Bahia em uma de suas publicações intitulada “O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade” destaca que:

“Políticas Públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do Poder Público; regras e procedimentos para as relações entre Poder Público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

No entanto, cabe destacar que segundo o autor essas políticas são articuladas pelo poder público e podem ser viabilizadas por meio de leis, programas e linha de financiamento que visam a atender as demandas da sociedade, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como “vulneráveis” (TEIXEIRA, 2002). O que se percebe, no entanto, é que muitas vezes a EJA é posta à marginalização no campo educacional.

Dentro desta perspectiva, a EJA tem três Funções Sociais, que são: Função Reparadora, Equalizadora e Qualificadora. Essas funções só podem ser exercidas se houver políticas públicas consistentes. Partindo desse pressuposto, apresentamos o parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica em seu Parecer CNE/CEB 11/2000, quando trata da “função reparadora da EJA”.

Desse modo, a **função reparadora** da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante (BRASIL, 2000, p.7, grifo do autor).

Partindo desta afirmação, inferimos que a EJA tem a função social de tentar reparar as perdas que os jovens e adultos vêm enfrentando ao longo de suas trajetórias em meio a tanta desigualdade social e educacional. Como podemos constatar mais uma vez, a educação é direito de todos independentemente de sua classe social, cor ou gênero, mas é notório que se esse

direito for negado traz prejuízo incalculável à sociedade, pois compreendemos que a educação é “bem real, social e simbolicamente importante” para todos.

Não podemos deixar de mencionar que a EJA tem um papel fundamental na formação do sujeito e entre seus objetivos encontramos a capacitação para o trabalho e exercício da cidadania, promovendo a mitigação da desigualdade social, tendo em vista que para o Parecer CNE/CEB 11/2000 essa é a função Equalizadora.

A **função equalizadora** da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação (BRASIL, 2000, p.8-9 *grifo do autor*).

É importante considerar que a Educação tornou-se um dos pilares imprescindíveis na transformação do indivíduo, e que essa função equalizadora pode ser considerada como reparação corretiva do Estado, mesmo que tardia. Contudo, mesmo com estruturas arcaicas e processos educacionais tradicionais, sabe-se que a educação possibilita aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, mediante a capacitação e qualificação ofertada pela EJA e das Políticas públicas que estão inseridas nesse contexto.

Segundo o Relator Conselheiro Cury, do Parecer CNE/CEB 11/2000, destaca que a educação é como:

Uma chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, [...]. Ela possibilita ao indivíduo jovens e adultos retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado (BRASIL, 2000, p. 10).

O objetivo dessa afirmação é mostrar que a educação tem a possibilidade de transformar a vida do sujeito, e este a partir dela transforma seu meio social desenvolvendo sua habilidade e competências possibilitando uma qualificação mais técnica e profissional. Nesta mesma linha, o Parecer CNE/CEB 11/2000 destaca as qualidades para se efetivar a função qualificadora da EJA:

Na base da expressão potencial humano sempre esteve o poder se qualificar, se requalificar e descobrir novos campos de atuação como realização de si. Uma oportunidade pode ser a abertura para a emergência de um artista, de um intelectual ou da descoberta de uma vocação pessoal. A realização da pessoa não é um universo fechado e acabado. A função qualificadora, quando ativada, pode ser o caminho destas descobertas (BRASIL, 2000, p.10-11).

Neste sentido, a educação de jovens e adultos aponta para um caminho de desenvolvimento e de capacitação/qualificação para todos os sujeitos, de todas as idades, promovendo então uma educação ao longo da vida.

A reflexão sobre as políticas e as práticas da Educação de Jovens nos leva a reafirmar a atualidade do pensamento de Freire e nos remete à discussão da autonomia como princípio educativo na busca de uma emancipação humana, que tem como tarefa libertar o homem de um determinismo histórico e reconhecer a história não como algo dado, mas como um tempo de possibilidades (MOURA; VENTURA, 2018, p. 345).

Entretanto, para compreendermos esse processo de emancipação proposto por Paulo Freire é necessário atentarmos às políticas públicas disponibilizadas e implementadas ao longo da trajetória da EJA. Por esta razão, teceremos um breve esboço sobre seu percurso histórico entre 1930 a meados de 2007, sua implementação, regulamentação e regulação diante de sua efetivação via Políticas Públicas.

A EJA NA DÉCADA DE 1930 E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMBATE AO ANALFABETISMO NO BRASIL

Na década de 1930, a educação brasileira já havia passado por várias transformações e a oferta de educação pública para todos começou a ter um novo olhar na história da educação brasileira. Até aquele momento, a oferta de uma escola pública e gratuita que contemplasse a todos na faixa etária escolar não era vista como uma prioridade pelo Estado.

Na verdade, a falta de escolarização não era vista como um problema grave, isto explica o motivo de existir na época um alto nível de analfabetismo no Brasil. Além disso, no nosso país a economia era predominantemente baseada em atividades agrícolas, onde não havia a exigência de uma qualificação a ser alcançada por meio da educação formal, o que justificava o porquê de uma parcela significativa da população não enxergar a necessidade de ler e escrever e muito menos frequentar um espaço escolar.

No entanto, surgiram várias mobilizações sociais, movimentos educacionais e decisões políticas que se posicionaram em favor de uma educação de direito para “todos e gratuita”, no

período que sucedeu a Revolução de 1930, a qual representou “um marco na reformulação do papel do Estado no Brasil” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 110). A Constituição de 1934, determinou a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), através do qual foram estabelecidas as coordenadas para atuação da União, dos Estados e Municípios na esfera educacional que:

Vinculou constitucionalmente uma receita para a manutenção e o desenvolvimento do ensino; reafirmou o direito de todos e o dever do Estado para com a educação; estabeleceu uma série de medidas que vieram confirmar este movimento de entregar e cobrar do setor público a responsabilidade pela manutenção e pelo desenvolvimento da educação (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 110).

O propósito da Constituição de 1934 era melhorar a qualidade de vida da população brasileira, com isso foram instituídas leis a respeito da educação, saúde, segurança, trabalho entre outros direitos fundamentais para se viver em sociedade. Os direitos à cidadania foram ampliados, possibilitando à população participação no processo político e econômico do país. A Constituição de 1934 trouxe, pois, uma perspectiva de mudanças para educação de jovens e adultos, onde “pela primeira vez a educação de jovens e adultos era reconhecida e recebia um tratamento particular”. Assim sendo, Haddad e Di Pierro (2000) postulam que:

Com a criação em 1938 do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – e através de seus estudos e pesquisas, instituiu-se em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário. Através dos seus recursos, o fundo deveria realizar um programa progressivo de ampliação da educação primária que incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Em 1945 o fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos de cada auxílio deveriam ser aplicados num plano geral de Ensino Supletivo destinado a adolescentes e adultos analfabetos (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 110).

No mesmo período, em âmbito internacional também ocorreram movimentos em prol de uma educação de jovens e adultos. Em 16 de novembro de 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a qual defende o papel primordial da educação, destacando a necessidade de criação de políticas públicas e educacionais para escolarização de jovens e adultos.

Em 1947, foi criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA) como serviço especial do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, tendo como objetivo a reorientação e coordenação geral dos trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos, e se estendeu até fins dos anos de 1950, intitulada Campanha

de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA. Apesar disso, os indicadores continuavam apontando a existência de uma precariedade no quadro educacional brasileiro. As oportunidades de acesso e permanência no espaço escolar na vida adulta apresentavam grandes obstáculos e tinha um grande caminho a percorrer:

Devido às escassas oportunidades de acesso à escolarização na infância ou na vida adulta, até 1950, mais da metade da população brasileira era analfabeta, o que a mantinha excluída da vida política, pois o voto lhe era vedado (DI PIERRO; VÓVIO; ANDRADE, 2008, p. 25).

O Código Eleitoral Brasileiro de 1932 declarava a “impossibilidade de votar os analfabetos” (BRASIL, 2014, p. 36), com isso podemos ver como o cenário político do país estava sendo afetado, pois como a grande parte da nossa sociedade era constituída por analfabetos, o desenvolvimento do país dependia da elevação da escolaridade de sua população.

Embora as primeiras políticas públicas de/para EJA comecem a ser implementadas a partir da década de 1950, é a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2020) que a Educação passou a ser considerada um direito público subjetivo, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à escola na infância e adolescência (MUSIAL; ARAÚJO, 2022, p. 17).

Segundo os autores Haddad e Di Pierro, “os esforços empreendidos durante as décadas de 1940 e 1950 fizeram cair os índices de analfabetismo das pessoas acima de cinco anos de idade para 46,7% no ano de 1960” (HADDAD E DI PIERRO. 2000, P. 111). Tomando como base o censo de 1920, 72% da população acima de 05 anos de idade naquele período permanecia na faixa do analfabetismo. Isso significa que a educação brasileira está evoluindo a passos lentos, mesmo assim, os níveis de escolarização em nosso país permaneceram reduzidos quando comparados aos países desenvolvidos.

Porém, os esforços para transformar o cenário da EJA não parou por aí duas novas campanhas foram estruturadas pelo Ministério da Educação e Cultura: uma em 1952, denominada como Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), e a outra em 1958, intitulada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA).

EJA DURANTE O GOLPE DE 1964: CRIAÇÃO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL)

Em 1 de abril de 1964 foi estabelecido o regime militar no Brasil que produziu uma quebra no sistema político promovendo mudanças em todos os cenários da época, inclusive nos

Página 10 de 22

DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v6i1.1328>

movimentos de educação e cultura populares os quais foram duramente reprimidos, seus organizadores, perseguidos, seus ideais, censurados. Segundo os autores Haddad e Di Pierro (2000, p. 113) “O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido e desmantelado, seus dirigentes, presos e os materiais apreendidos.” O cenário da educação de jovens e adultos mais uma vez teve mudanças em seu processo histórico.

Neste sentido, podemos compreender o pensamento do autor Teixeira (2002 p.8) quando ele destaca que “as políticas públicas têm o papel regulador das relações econômico-sociais, são constituídos fundos públicos para serem utilizados em investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento e em programas sociais.” foi o que ocorreu no Movimento Brasileiro de Alfabetização-Mobral.

Após o golpe de 1964, os governos militares sancionaram a Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, com o Mobral e posteriormente, na década de 1970 destacou-se no país a implementação do ensino supletivo, criado em 1971 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Posteriormente, implementando o Mobral e o Ensino Supletivo, os governos de então procuraram reconstruir, por meio da educação de adultos, sua mediação com os setores populares, contrapondo-se ao Programa Nacional de Alfabetização que o governo anterior planejava levar adiante sob a liderança de Freire (HADDAD; DI PIERRO 2021, p. 07).

Enquanto isso, os movimentos anteriores a esse período, compreendiam que a educação de adultos era um instrumento de conscientização que objetivava a transformação da realidade social dos estudantes.

Os governos militares reprimiram os movimentos de cultura popular do período anterior ao de 1964, uma vez que poderiam, por meio de processos educativos, ampliar o sentido de classe das manifestações populares de jovens e adultos, como propunha Paulo Freire. Um conjunto de pessoas foi preso, torturado e obrigado a deixar o país (HADDAD; DI PIERRO 2021, p. 07).

Em 1969, o Movimento Brasileiro de Alfabetização começou a se distanciar dos seus objetivos iniciais, pois estava agora mais voltado aos aspectos pedagógicos, pressionado pelo formato engessado do regime militar. Contudo, uma ampla campanha de grande escala voltada para a alfabetização de adolescentes, jovens e adultos foi realizada pelo Mobral, graças aos investimentos de recursos e à estrutura do programa com a regulamentação de suas políticas públicas.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização possuía três características básicas para seu funcionamento e regulação em todo território brasileiro como apresenta os autores:

O MOBRAL foi implantado com três características básicas. A primeira delas foi o paralelismo em relação aos demais programas de educação. Seus recursos financeiros também dependiam de verbas orçamentárias. A segunda característica foi a organização operacional descentralizada, através de Comissões Municipais espalhadas por quase todos os municípios brasileiros, e que se encarregaram de executar a campanha nas comunidades, promovendo-as, recrutando analfabetos, providenciando salas de aula, professores e monitores. [...]. A terceira característica era a centralização de direção do processo educativo, através da Gerência Pedagógica do MOBRAL Central, encarregada da organização, da programação, da execução e da avaliação do processo educativo, como também do treinamento de pessoal para todas as fases, de acordo com as diretrizes que eram estabelecidas pela Secretaria Executiva (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 115).

Dadas às particularidades de sua natureza, essas características convergiram para criação de um esquema adequado ao objetivo político de implantação de uma campanha em larga escala para promover o sistema doutrinário segundo as orientações do regime militar.

Na década de 1970 assistiram-se a novas mudanças, isto porque foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (LDB), através da qual a educação de jovens e adultos foi contemplada com 5 artigos no Capítulo IV, os quais disponibilizam seus objetivos, a disposição para a formação profissional e flexibilidade do ensino, possibilitando a criação de cursos na modalidade à distância através de equipamentos eletrônicos disponíveis na época, a saber: rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação disponíveis, e seus certificados eram mediante a realização de exames e cursos profissionalizantes.

A Lei atenderia ao duplo objetivo de recuperar o atraso dos que não puderam realizar a sua escolarização na época adequada, complementando o “êxito empolgante do MOBRAL que vinha rápida e drasticamente vencendo o analfabetismo no Brasil”, e germinar “a educação do futuro, essa educação dominada pelos meios de comunicação, em que a escola será principalmente um centro de comunidade para sistematização de conhecimentos, antes que para sua transmissão (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 116).

Além disso, para cumprir os objetivos traçados para tentar nivelar o nível da educação básica, formar mão de obra qualificada e construir um país com menos desigualdade social, o ensino supletivo foi dividido em quatro pilares: Suplência, Qualificação profissional, Aprendizagem e Suprimento. Esses pilares apontavam qual seria seu público-alvo, seu papel

social e seu objetivo com aponta o Professor José Eustáquio Romão, em seu artigo “Alfabetizar para libertar”.

1. Suplência: para os excluídos e marginalizados da escola regular na idade própria.
2. Qualificação profissional: preparação de contingentes populares para a rápida inserção no mercado de trabalho.
3. Aprendizagem: claramente voltada para a formação do exército trabalhador de reserva.
4. Suprimento: versão brasileira da educação permanente, visava à atualização da mão-de-obra às demandas progressivamente tecnológicas dos processos produtivos (RAMÃO, 2003, p. 251).

Como destaca o Professor Ramão (1994), cada pilar tem uma finalidade específica que passaremos discorreremos a partir de agora. Em primeiro lugar, sobre a “Suplência” buscava-se suprir a escolarização regular para os jovens e adultos que não tinham concluído na idade própria as etapas da educação básica, porém, através de cursos e exames disponibilizado pela Lei 5.692/71, em seu artigo 22, possibilitaram o acesso dos alunos ao ensino de supletivo.

Em segundo lugar, o objetivo da “Qualificação Profissional” como o próprio nome já sugere, estava voltada para preparar os cidadãos ao ingresso no mercado de trabalho. Em razão de naquela época o país estar passando por um acelerado crescimento econômico, era urgente a necessidade de a população estar qualificada profissionalmente para a inserção no mercado de trabalho, especificamente nas "indústrias", e se compreendia que sem educação isso não seria possível.

Além disso, segundo os autores Haddad e Di Pierro (2000, p. 117) a “aprendizagem correspondia à formação metódica no trabalho, e ficou a cargo basicamente do SENAI e do SENAC.” E por fim destacamos o quarto pilar “Suprimento” que era vista como “versão brasileira da educação permanente”, que buscava a atualização da mão de obra para atender às demandas do mercado de trabalho em relação às tecnologias nos processos produtivos. Embora a concepção formal colocasse o Suprimento como o pilar mais importante, a Suplência tornou-se predominante nessa nova modalidade de ensino.

O Ensino Supletivo foi apresentado à sociedade como um projeto de escola do futuro e elemento de um sistema educacional compatível com a modernização socioeconômica observada no país nos anos 70. Não se tratava de uma escola voltada aos interesses de uma determinada classe, como propunham os movimentos de cultura popular, mas de uma escola que não se distinguia por sua clientela, pois a todos devia atender em uma dinâmica de permanente atualização (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 117).

Contudo, para que uma política educacional para jovens e adultos se torne efetivamente eficaz é necessária à união entre o governo, população, educadores e os estudantes. O Professor e pesquisador Moacir Gadotti defende que para se construir um sistema educacional de qualidade todos os sujeitos participantes têm que dialogar e estar juntos nesse processo.

O Estado autoritário, que pretendeu resolver os problemas educacionais sem a participação popular e sem a participação dos educadores, portanto, pela via tecnoburocrática, por meio de grandes projetos ou campanhas que redundaram em fragorosos fracassos, como foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), um “movimento” puramente estatal com fins político-promocionais e de controle social das periferias urbanas e das zonas rurais (GADOTTI, 2003, p.165).

Segundo os registros do MOBREAL, ao longo dos 15 anos de existência, cerca de 40 milhões de pessoas que participaram desse programa, através de suas inscrições em cursos e suas modalidades, segundo Di Pierro (2000, p. 54), “15 milhões foram certificadas, mas técnicos do órgão admitiam que apenas 10% delas se alfabetizaram de fato.” Desta forma, vemos que esse movimento foi ineficaz mesmo tendo grandes investimentos por parte do Governo Federal, mas como já foi dito por Gadotti (2003) para sua eficácia fazia-se necessária também a participação da sociedade.

A NOVA REPÚBLICA: CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM 1985

Com a retomada do governo civil após a redemocratização em 1985, o sistema de ensino esteve de forma singular nas políticas públicas em relação à educação de jovens e adultos. Uma das primeiras modificações nesse período foi a extinção do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), pelo decreto de nº 91.980 de 25 de novembro de 1985, sendo este “substituído pela Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos - Educar” (DI PIERRO, 2000, p. 53).

No início da Nova República, o Mobral foi encerrado, e uma parte da sua estrutura foi transformada na Fundação Educar. Esta teve seu breve período de existência (1986-1990) marcado por um processo de esvaziamento das políticas e do financiamento público no governo federal. Com o seu fechamento, no governo Collor de Melo, a maior parte das atividades de EJA do governo federal ficou suspensa (MOURA; VENTURA, 2018, p. 334).

A Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos (Educar), foi regulamentada pelo Decreto nº 92.374, de 6 de fevereiro de 1986, embora tenha sido criada à sombra do

MOBRAL, com os mesmos dirigentes, porém apresentava propostas mais inovadoras. Em seu primeiro capítulo encontramos: Da Natureza, da Sede e das Finalidades, em seu Art. 2º destaca que essa fundação tem como “objetivo promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não-formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente” (BRASIL,1986).

Esse processo de revitalização do pensamento e das práticas de educação de jovens e adultos refletiu-se na Assembleia Nacional Constituinte. Nenhum feito no terreno institucional foi mais importante para a educação de jovens e adultos nesse período do que a conquista do direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente de idade, consagrado no Artigo 208 da Constituição de 1988. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 120).

É preciso ressaltar, no entanto, a importância da Constituição Federal de 1988, pois foi por meio dela que a população brasileira conquistou o direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, independente de gênero, idade, cor ou classe social. No entanto, as disposições transitórias da Carta Magna estabeleceram um prazo de 10 anos para que os governos, junto com a população e os educadores, pudessem concentrar esforços para a erradicação do analfabetismo em nosso país.

Diferentemente do MOBRAL que teve 15 anos de duração, a Fundação EDUCAR teve sua extinção em poucos anos, em meados de março de 1990, nos primeiros meses do governo do Presidente Fernando Collor de Mello, uma vez que, com as mudanças do cenário político, para a presidência do país era necessária a criação de medidas que buscassem enxugar os gastos públicos.

CRIAÇÃO DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA EM 1997

O Programa Alfabetização Solidária (PAS) foi criado no ano de 1997, sendo elaborado pelo Conselho da Comunidade Solidária do Governo Federal, tendo como público-alvo os adolescentes e jovens na faixa etária de 12 a 18 anos de idade. Todavia, eram realizadas as matrículas de pessoas adultas dos municípios com índice mais elevado de analfabetismo, e as regiões que deram início foram o Norte e Nordeste do Brasil.

Para os Autores Haddad e Di Pierro (2000, p. 124) o Programa de Alfabetização Solidária tinha como objetivo principal “desencadear um movimento de solidariedade nacional para reduzir as disparidades regionais e os índices de analfabetismo significativamente até o final do século”. Às universidades, cabia a função de coordenar as atividades de alfabetização,

a formação dos alfabetizadores, a avaliação e acompanhamento do processo. A logística necessária, como insumos e merenda escolar, ficava a cargo das prefeituras locais.

Segundo Menezes (2001) até o final do ano 2000, o Alfabetização Solidária atingiu a marca de 1,5 milhão de alunos atendidos em 1.016 municípios brasileiros,” porém seus resultados não foram vistos com bons olhos, pois o tempo era curto para a alfabetização cuja duração de cada módulo era de apenas 6 meses.

Durante os oito anos da presidência de Fernando Henrique Cardoso, o governo federal conferiu lugar marginal à educação básica de jovens e adultos na hierarquia de prioridades da reforma e da política educacional, fechou o único canal de diálogo então existente com a sociedade civil organizada – a Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNEJA) - e, por meio do programa Alfabetização Solidária, remeteu para a esfera da filantropia parcela substancial da responsabilidade pública pelo enfrentamento do analfabetismo (DI PIERRO, 2005, p. 1127-1128).

Ao findar o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso no ano de 2002, veio a extinção do PAS, mas a educação de jovens e adultos não ficaria desamparada, pois em 2003 com a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, lançou-se outro programa para a alfabetização da população naquela faixa etária.

A CRIAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

Como já foi dito anteriormente, em 2003 com a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, algumas mudanças ocorreram no cenário da educação de jovens e adultos, segundo a autora Di Pierro (2005, p. 1129) “a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo lançou o Programa Brasil Alfabetizado, desenvolvido de modo descentralizado pelos estados, municípios e organizações sociais que a ele aderiram”. O programa foi sancionado por meio da Resolução nº 018, de 10 de julho de 2003 e tinha por finalidade alfabetizar jovens a partir dos 15 anos de idade, abrangendo todo o território nacional.

O Brasil Alfabetizado visa alfabetizar cerca de 8 milhões de jovens e adultos no período 2003/2007, reduzindo em 50% o analfabetismo no país. Convênios proporcionam o repasse de recursos do MEC/FNDE para organismos governamentais e não-governamentais para que desenvolvam atividades de formação de alfabetizadores e de alfabetização de jovens e adultos em um período de seis a oito meses (DI PIERRO, 2005, 1134).

Além dos aspectos diretamente adaptados aos moldes das campanhas de alfabetização anteriores, ao longo de seus 5 (cinco) anos existência (2003/2007), o PBA sofreu diversas

transformações e ajustes. O período de alfabetização proposto pelo programa e que foi estipulado inicialmente em 6 (seis) meses passaram para 8 (oito) meses. Além disso, foram destinados repasses financeiros para merenda escolar, transporte escolar e aquisição de materiais didáticos. Outro fato importante foi a destinação das verbas sendo redirecionadas das organizações sociais para as redes públicas de ensino do país. Além disso, não poderíamos deixar de mencionar que o processo de avaliação tornou-se uma ação rotineira e sistematizada.

Contudo, é importante esclarecer que os dados estatísticos sobre o PBA de (2003/2007) apresentados no Livro “Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática⁴” dos autores Di Pierro, Vóvio e Ribeiro, (2008, p. 79), apresentam o quantitativo dos números de inscritos no programa, quantidade de alfabetizadores, quantidade de projetos e parceiros, números de turmas, números de municípios contemplados no Brasil e investimento na escala de milhões.

IMAGEM 01 - Evolução da cobertura do Programa Brasil Alfabetizado – 2003/2007.

Ano	Inscritos	Alfabetizadores	Projetos / Parceiros	Turmas	Municípios	Recursos (milhões de R\$)
2003	1.598.430	77.474	180	83.653	2.729	162,1
2004	1.526.155	67.065	381	69.842	*	167,1
2005	1.875.705	97.250	636	102.839	*	208,3
2006	1.609.446	85.070	673	90.643	*	180,3
2007	1.286.718	87.750	1.173	88.070	*	*

* Informação não disponível.

Fonte: MEC/Secad. Mapa do Brasil Alfabetizado <<http://mecsrv04.mec.gov.br/secad/sba/inicio.asp>>.

À guisa de conclusão, pode-se verificar que durante os 5 (cinco) anos de existência do PBA, houve o cadastramento de um número considerável de analfabetos em todo país, porém os autores DI PIERRO; VÓVIO; RIBEIRO (2008, p. 79) relataram em seu trabalho que “as

⁴ Este livro recolhe lições aprendidas na experiência brasileira recente, dando visibilidade a uma diversidade de programas de alfabetização de jovens e adultos – que órgãos governamentais e organizações sociais empreenderam na última década –, alguns dos quais contêm aspectos inovadores.

pesquisas não evidenciam impacto significativo desse esforço na redução das taxas de analfabetismo, que mantém o ritmo anterior à existência do programa.”

Diante do exposto, podemos concluir que a Educação de Jovens e Adultos -EJA, tem percorrido uma longa trajetória em sua história, através da qual podemos perceber que essa modalidade de ensino enfrentou várias barreiras, mas, conquistou grandes vitórias como o direito ao acesso à educação gratuita a todos com o direito de educação ao longo da vida. É fato que muito ainda precisa ser construído neste país, mas uma coisa temos constatado: a educação é uma via de "mão dupla", e que é necessário um compromisso de todas as partes envolvidas nesse processo.

Examinando a realidade vivenciada pela educação de jovens e adultos em nosso país, podemos enfatizar que para que haja uma transformação significativa na educação, é de uma importância que o Poder Público esteja disposto a adotar políticas públicas que permitam aos Educadores e à população se apropriar das condições necessárias para a formulação de todos os esforços que garantam uma educação de qualidade e um lugar melhor de se viver, pois entendemos que a educação é um poderoso instrumento para a transformação social, basta que todos compreendam qual o seu papel nesse processo.

O percurso histórico da EJA nos ajuda a compreender melhor quais foram os desafios enfrentados pelo Estado na implementação das políticas públicas direcionadas para esse público e podemos ver que ainda temos um longo caminho para vencer todos os desafios que ainda estão por vir, como mostra a autora:

O desafio histórico da EJA continua sendo o de romper com o caráter compensatório e assistencialista na educação de jovens e adultos trabalhadores (denominados de desvalidos, pobres, excluídos, em risco social etc.). Ao mesmo tempo, na perspectiva contra-hegemônica, o desafio é avançar na luta pela superação da dualidade estrutural da educação brasileira. (VENTURA, 2011, p. 92-93)

Diante do exposto, podemos fazer uma reflexão acerca das Políticas Públicas e sua implementação na EJA, uma vez que é muito importante reconhecer que no processo histórico dessa modalidade de ensino, uma luta constante vem sendo travada, que é contra a desigualdade social e como foi possível observar o Poder Público buscou de certa forma elaborar políticas públicas e implementá-las por meio da criação de leis, movimentos e programas sociais, porém essa luta ainda não foi vencida temos um longo caminho a percorrer. O autor Teixeira (2002) destaca que:

Os movimentos sociais precisam retomar a mobilização no setor, devido à importância estratégica que tem a educação, inclusive para a concretização de outros direitos e para atingir um mínimo de equidade social. É preciso garantir e efetivar as conquistas da Constituinte, sobretudo a gratuidade do ensino, a valorização do profissional do ensino, a garantia do padrão de qualidade, gestão democrática e vinculação de recursos (TEIXEIRA, 2002, p. 8).

Em suma, a educação é o caminho que transforma a realidade da sociedade, pois é por meio dela que o sujeito pode alcançar a sua emancipação, sua liberdade e a certeza que seus direitos estão assegurados. No entanto, para que essa educação possa transformar vidas é necessário que as políticas públicas continuem sendo criadas e implementadas, em especial nesta modalidade de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas implementadas na EJA em nosso país, entre os anos de 1930 e 2003 tiveram impactos significativos no combate ao analfabetismo e na desigualdade social. Refletindo sobre esses impactos, podemos tirar algumas reflexões. As políticas públicas contribuíram para aumentar o acesso e permanência à educação para os jovens e adultos de forma gratuita, criando a modalidade de ensino a EJA, que pelos mais variados motivos não concluíram seu ensino regular em tempo hábil. A inclusão da EJA nas leis educacionais proporcionou maior reconhecimento e legitimidade a essa modalidade de ensino, como mostra a LDB de 1996 em seus artigos 37 e 38. Enfatizando sua importância para a sociedade, a EJA busca desenvolver as suas três funções que é equalizadora, reparadora e qualificadora, cuja finalidade consiste em proporcionar ao cidadão seus direitos sociais como rege a nossa Constituição Federal.

A diversificação dos programas e movimentos implementados por meio das políticas públicas na EJA e os investimentos na melhoria da qualidade do ensino foram avanços importantes no percurso histórico da EJA, o qual proporcionou a redução da desigualdade social durante o período pesquisado de 1930 a 2003. Além disso, houve as modalidades flexíveis de ensino, como educação à distância, supletivos, cursos modulares e aulas no turno noturno, permitindo que os programas se adaptassem às necessidades específicas dos alunos da EJA, dando ênfase à formação de professores e ao desenvolvimento de materiais didáticos adequados que contribuíssem para a qualidade do ensino oferecido, a exemplo do MOBREAL e outros programas.

Compreendemos que a EJA desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social, mitigação da desigualdade social e na construção de práticas que possibilita a inclusão de sujeitos que outrora tinham seus direitos negligenciados (a saber, a educação em sua plenitude). Por meio das políticas públicas eles puderam participar/exercer a sua cidadania na sociedade, por meio da qualificação obtida na EJA, onde através desta puderam ter a oportunidade de adquirir habilidades e conhecimentos essenciais para o exercício pleno de sua cidadania e de serem inseridos no mercado de trabalho. Ao ser reconhecida a importância da EJA, os investimentos em políticas públicas nesta área podem promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Apesar dos avanços, a EJA ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de estrutura adequada das escolas, a carência de recursos financeiros e humanos, a evasão escolar e a persistência do analfabetismo em nosso país. Esses desafios destacam a necessidade contínua de investimento e comprometimento por parte das autoridades governamentais e da sociedade em geral para garantir uma educação de qualidade para todos.

Em suma, esse trabalho é uma tentativa de promover uma reflexão acerca das políticas públicas e a conexão com a Educação de Jovens e Adultos, mostrando que elas têm o poder de transformar a vida das pessoas, quando são implementadas de forma concretas e consistentes, especialmente quando se trata daqueles que por algum motivo não concluíram seus estudos em tempo hábil.

Levando em consideração a vulnerabilidade que marca a educação no Brasil, em especial aquela voltada ao público jovem e adulto, pudemos perceber em nossa pesquisa, que os problemas podem ser superados por meio de implementação de políticas públicas que garantam o acesso à educação a todos independentemente do modelo de ensino que seja utilizado, e que é necessário que haja capacitação dos professores da EJA para que possam promover uma aprendizagem significativa.

Ao refletirmos sobre os impactos dessas políticas, podemos compreender que houve avanços ao longo desses “caminhos e descaminhos” (luta contra o analfabetismo no Brasil, combate a desigualdade social, implementações de políticas públicas para EJA, a emancipação de classe social a jovens e adultos e a qualificação dos sujeitos sociais). Quanto aos desafios que ainda temos como a falta de infraestrutura, equidade, evasão, valorização dos professores, ausência de valorização da EJA e daqueles que dela fazem parte, entre outros, precisam ser superados para garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: maio de 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf. Acesso em 15 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 92.374, de 6 de fevereiro de 1986**. Aprova o Estatuto de Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos. Brasília: EDUCAR, 1986. Disponível em: encurtador.com.br/bepJ0. Acesso em: 21 ago. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF : Inep, 2015. 404 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução n. 01 de 05 de julho de 2000a. Brasília: MEC, 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 10 abr 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692/71, de 12 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília: MEC, 1971. Disponível em: encurtador.com.br/pKW26. Acesso em: 21 ago. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 maio 2021

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 018 de 10 de julho de 2003**. Estabelece orientações e diretrizes para a assistência financeira suplementar a projetos educacionais no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, para o ano de 2003. Brasília, 2003.

BRASIL. Salto para o Futuro - **Educação de jovens e adultos** / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. 112 p. - (Série de Estudos. Educação a Distância, ISSN 1516-2079; v.10)

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos** / Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles, Amanda Camylla Pereira. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014. 100 p.; il.

DI PIERRO. MC. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educ Soc [Internet]**, v. 26, n. 92, p. 1115–39. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300018>

PIERRO, M. C. D., & HADDAD, S.. (2015). Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. **Cadernos CEDES**, v. 35, n. 96, p. 197–217. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015723758>.

DI PIERRO, M.C.; VOVIO, C.L.; ANDRADE, E.R. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil**: lições da prática. Brasília: Unesco, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.

SÉRGIO, H., & DI PIERRO, M. C.. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira De Educação**, v. 14, p. 108–130. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200007>

HADDAD S, PIERRO MCD. Considerações sobre educação popular e escolarização de adultos no pensamento e na práxis de Paulo Freire. **Educ Soc [Internet]**, v. 42:e255872. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.255872>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOURA, Ana Paula Abreu; VENTURA, Jaqueline Pereira. A atualidade do pensamento de Paulo Freire para refletirmos sobre políticas públicas e práticas na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 332-350. 2018. DOI: 10.12957/riae.2018.38031.

MUSIAL, G. B. da S.; ARAÚJO, J. de A. Políticas Públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos: um balanço de artigos publicados no Portal de Periódicos CAPES. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, p.1-22. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.82090>.

ROMÃO, J. E. Alfabetizar para Libertar. In: GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. (Org.). **Educação popular: Utopia latino-americana**. 1 ed. São Paulo: Cortez/EDUSP, 1994. p. 219-341.

VENTURA, Jaqueline. **A trajetória histórica de jovens e adultos trabalhadores**. In: TIRIBA, L.; CIAVATTA, Maria. (Orgs.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Líber Livro; Niterói: Editora UFF, 2011

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Cadernos da AATR – BA, Bahia, p. 1-11, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 21 fev. 2024.